

XENOFONTE. *Econômico*. Tradução e introdução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 99 p.

Não se deve deixar passar despercebida a publicação desta obra de Xenofonte, em elegante tradução para a língua portuguesa. Após ter sido muito usado no ensino do grego por sua linguagem castiça, a sorte do autor não foi das melhores nas últimas décadas: quase completamente ignorado, quando lembrado o foi sobretudo pela *Ciropedia*<sup>1</sup> ou *Anábase*, os dois textos mais usados como paradidáticos.

Mas esse desinteresse parece pesar especialmente sobre seus escritos socráticos, que entretanto representam um terço de sua obra<sup>2</sup> – garantindo não só a importância que tem nela a figura de Sócrates, como também, e principalmente, que Xenofonte é um autêntico escritor de *lógoi sokratikói*. É provável que a aproximação com Platão tenha jogado uma sombra espessa sobre Xenofonte, fazendo com que apenas se reitere continuamente a debilidade de seu Sócrates, que se teria amesquinhado nas mãos de um cronista mesquinho.

No meio de tantos preconceitos, o *Econômico* talvez seja das obras mais descuradas. Geralmente, no debate sobre a maior ou menor autenticidade do retrato de Sócrates por Platão, Xenofonte e Aristófanes (nas *Nuvens*), apelam-se para as *Memoráveis* e a *Apologia*<sup>3</sup>. Ao que eu saiba, nos últimos anos apenas um trabalho acadêmico foi dedicado ao texto – a dissertação de mestrado de Sílvia Costa Damasceno, *O Econômico ou a busca do universo ideal*, defendida em 1980, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tudo isso só reforça a importância de poder-se contar, a partir de agora, com a presente tradução em língua portuguesa, o que decerto permitirá a um número maior de pessoas a “redescoberta” de Sócrates, num diálogo dedicado a um tema contínuo, como os de Platão.

Que Sócrates é esse? Não necessariamente um outro Sócrates. Muito

<sup>1</sup> Da *Ciropedia* existe uma tradução de Jaime Bruna, publicada em 1965, pela Editora Cultrix.

<sup>2</sup> Assim se costuma classificar a obra de Xenofonte: 1. escritos históricos (*Anábase*, *Helênicas* e *Elogio de Agesilau*); 2. escritos pedagógico-éticos (*Ciropedia*, *Hierão*, *Constituição dos lacedemônios*, *Recursos*, *Sobre a equitação*, *Hipárquico*);

3. escritos socráticos (*Memoráveis*, *Econômico*, *Banquete*, *Apologia*).

<sup>3</sup> Cf. o volume relativo a Sócrates, publicado pela Editora Abril, na coleção “Os Pensadores”, contendo, a *Apologia de Sócrates*, de Platão; as *Memoráveis de Sócrates* e a *Apologia de Sócrates*, de Xenofonte; e as *Nuvens* de Aristófanes (São Paulo: Abril, 1972).

menos espúrio em face do autêntico, o platônico. Nem mesmo mera máscara através da qual Xenofonte expõe suas próprias (e medianas) idéias – pelo menos não mais opaca que aquela através da qual também Platão expõe as suas próprias (e arroubadas) posições. Relativizemos, por um momento, a grandeza de Platão, que, na Grécia, efetivamente só encontraria par na de Homero – e que não necessariamente é grande porque Sócrates foi grande. Deixemos, portanto, que fale o Sócrates de Xenofonte, como ele o ouviu, admirou, entendeu e perenizou.

Pois muito bem: a primeira constatação é que não se trata necessariamente de um outro Sócrates, mas, mais propriamente, de um *lógos sokratikós* circunstancialmente diferente. Não há leitor que, ao fechar a *República*, não se pergunte como seria, afinal, a vida daqueles que não são “os guardiões”, cuja formação, cujas virtudes e vícios ocupam o primeiro plano no diálogo platônico. Em certa medida, é isso que o *Econômico* provê. Não mais a *pólis*, mas o *oikos* – não a constituição da cidade (a *politeía*), mas a administração do lar (a *oikonomia*). A mediania, portanto, parece um tom adequado (como o arroubo o era na *República*): o leitor deixa de contemplar o *polítes* que se dedica aos grandes afazeres da comunidade, para aprender qual é a virtude do *idiótes*, aquele que se ocupa de suas próprias coisas, de sua casa, de sua família, de seu patrimônio. Descurar essa esfera do privado é tornar impossível a atividade política, pois, antes de ser cidadão, o ateniense é chefe de um *oikos* e é mesmo esse estatuto que lhe permite estar entre iguais na *pólis*, megulhado nas contradições de um regime que se esforça por conciliar igualdade política e desigualdades econômicas. Para nós pode parecer um contra-senso: qual a virtude possível no *idiótes*? A resposta poderia ser: na esfera do que lhe compete, algo não radicalmente diferente da virtude do político.

Se Platão parece ter bebido da fonte de Homero para representar seu Sócrates heróico – Xenofonte sem dúvida inspirou-se noutra fonte tão antiga e consagrada quanto aquela, Hesíodo, atualizando seu elogio do trabalho, a vinculação natural da humanidade com a agricultura, a indispensabilidade das virtudes domésticas para a consecução da justiça: é assim que, conforme Sócrates, “quando o rei concede dons, em primeiro lugar chama os que na guerra foram bravos porque, diz ele, de nada valeria arar grandes extensões, se não houvesse quem as defendesse; em segundo lugar, os que trataram melhor as terras e as fizeram produtivas, dizendo que nem os fortes poderiam viver se não houvesse lavradores” (*Econ.* IV, 23). O homem que se ocupa do trabalho

comum mantém pois com o guardião uma sorte de relação especular, dependendo indispensavelmente um do outro. Provavelmente a mesma relação que já se percebe entre Homero e Hesíodo (entre a *Iliada* e os *Trabalhos e dias*) e que se repete entre Platão e Xenofonte (ou entre a *República* e o *Econômico*).

Há vários aspectos que aproximam os dois Sócrates, ainda que Xenofonte faça o seu diálogo descer das alturas e “caminhar no chão como o comum dos homens” (para valer-me da expressão de Luciano). Antes de tudo, está a questão bem socrática que orienta o texto: “a economia é um saber como o é a medicina, a metalurgia, a carpintaria”? (*Econ.* I, 1). Situada a discussão nessa esfera doméstica, a não menos socrática pesquisa: quais as virtudes necessárias ao bom administrador do *oikos*, qual sua natureza, o que se lhe pode ensinar, o que determina seu fracasso ou sucesso?

Assim como a cidade é uma nau (figura registrada em Ésquilo e Platão), também o é a casa. Vale a pena citar mais extensamente essa passagem, para notar-se como a metáfora, que na *República* ilustra a questão da (in)utilidade do rei-filósofo, aqui se aplica a um tema aparentemente banal, a organização material da casa, que entretanto deve refletir a da cidade (ou ser refletida por ela):

Uma vez, Sócrates, visitando um grande cargueiro fenício, vi um arranjo de equipamentos que me pareceu excelente e muito cuidadoso, já que tinha diante dos olhos um grande número de objetos distribuídos num espaço mínimo. (...) Notei que as coisas estavam colocadas de forma que uma não impedia o acesso a outra, nem havia necessidade de um encarregado para procurá-las (...) Percebi que o ajudante do piloto, o chamado timoneiro, estava tão a par do espaço que cada coisa ocupava que, mesmo de longe, diria onde cada uma estava e quantas eram, isso fazendo tão bem quanto alguém que sabe ler diria quantas letras tem o nome de Sócrates e em que ordem estão. (...) Eu, depois que vi esse arranjo tão cuidadoso, disse à minha mulher que seria muita preguiça de nossa parte, se os que estão nos cargueiros, mesmo pequenos, encontram lugar para seus pertences e, ainda que sejam sacudidos violentamente pelas vagas, apesar de tudo mantêm a ordem, conseguindo, mesmo muito aterrorizados, apanhar o necessário e nós, de nosso lado, ainda que, em nossa casa, haja grandes depósitos destinados a cada tipo de coisas, que nossa casa esteja em chão firme, não achássemos um lugar bom e acessível para cada coisa. Isso não seria uma grande estupidez de nossa parte? (...) Quão belo nos parece o que vemos, quando as sandálias, sejam quais forem, estão dispostas em fileiras! (...) Afirmo ainda – e disso rirá, não o homem austero, mas o pedante – que até as panelas parecem algo harmonioso quando

arrumadas com bom gosto! (...) Sabemos, é claro, que a cidade tem mil vezes mais objetos que nós, mas, apesar disso, nenhum dos servos, seja quem for, se o mandares ir comprar algo no mercado e trazê-lo para ti, ficará sem saber como fazer; (...) A única razão disso, disse-lhe eu, é que cada coisa fica num lugar determinado.” (*Econ.* VIII, 11-22)

Na mesma linha de ensinar as virtudes domésticas, talvez a passagem mais famosa do *Econômico* seja aquela em que Iscômaco expõe para Sócrates quais julga serem os papéis do homem e da mulher – radicalmente diferentes daquela igualdade que o Sócrates platônico defende, na *República*, para as esposas dos guardiões: estas, como as fêmeas dos cães de caça, ocupam-se com a guerra, exercitam-se nos ginásios, estão livres dos cuidados com a prole e dos afazeres domésticos, já que foi rompida a estrutura tradicional da família, instituindo-se a comunidade de mulheres e filhos, etapa indispensável para tornar possível a existência do rei-filósofo. Mais uma vez, em Xenofonte, é como se encontrássemos o contraponto desse quadro radicalmente ousado, numa sorte de exposição da vida virtuosa dos que não têm a natureza do guardião:

Eu penso (...) que os deuses formaram esse casal de fêmea e macho, como é chamado, com muito critério para que tenha o máximo de vantagens na convivência. Em primeiro lugar, para que não pereça a raça dos seres vivos, esse casal permanece unido gerando filhos; em segundo, a partir dessa união, eles, os homens pelo menos, podem ter amparo em sua velhice; em terceiro, os homens não vivem ao ar livre como os rebanhos, mas precisam de teto, é claro. Mas, para terem o que levar para o interior dos abrigos, os homens precisam de quem faça as tarefas ao ar livre. Ora, lavra, sementeira, plantação e pastoreio, tudo isso é feito ao ar livre e é daí que vêm os víveres. Depois que são levados para o interior do abrigo, ainda é necessário que haja quem os conserve e realize os trabalhos que exigem lugar coberto. Precisam de lugar coberto os cuidados com os filhos recém-nascidos, o preparo do pão a partir dos grãos e o feitiço das vestes com fios de lã. Já que ambas as tarefas, as do interior e as do exterior da casa, exigem trabalhos e zelo, desde o início, na minha opinião, o deus preparou-lhes a natureza, a da mulher para os trabalhos e cuidados do interior, a do homem para os trabalhos e cuidados do exterior da casa. (...) Mas, porque ambos devem dar e receber, aos dois deu em partes iguais a memória e o zelo. Sendo assim, não poderias discernir qual sexo, o feminino ou o masculino, tem mais desses dons. Fez também que fossem igualmente capazes de controle sobre si mesmos e deu-lhes licença para que quem fosse o melhor, homem ou mulher, assumisse para si parte

maior desse bem. E, pelo fato de que, por natureza, ambos não são igualmente bem dotados para tudo, precisam muito um do outro e a união é mais útil ao casal quando um é capaz daquilo em que o outro é deficiente. (*Econ.* VII, 18-28)

Como se vê, não se deixa de proceder também a uma sorte de igualamento (apesar de toda a distância que haja com relação a nossas concepções contemporâneas sobre o estatuto da mulher<sup>4</sup>), não se tendo em vista grandes feitos, mas a especialização do trabalho e a preservação da casa. Não é a imagem da cadela de caça que portanto domina, mas uma aproximação antiga, encontrada já em Semônides, segundo a qual a mulher mais desejável é aquela que nasceu da abelha. Conforme Xenofonte, a esposa deve ser como a abelha-rainha que, permanecendo na colméia, não deixa que nela predomine o ócio, recebe o que é trazido, conserva-o, distribui-o no momento oportuno de acordo com o que a cada um é devido e cuida da prole (*Econ.* VII, 33-34). Em resumo, uma autêntica “guardiã do *oîkos*”:

Depois disso tudo, Sócrates, disse ele, eu falei à minha mulher que de nada adiantariam essas providências se ela própria não cuidasse que a disposição de cada coisa fosse mantida. Expliquei-lhe que, na minha opinião, aos cidadãos não basta que tenham boas leis. Ao contrário, elegem guardiães da lei que, mantendo a vigilância, elogiam os que cumprem a lei, mas punem, se alguém age contra as leis. Portanto, aconselhei minha mulher, disse ele, a ser guardiã das leis de nossa casa... (*Econ.* IX, 14-15)

Como se vê, a casa não deixa de ser reflexo da cidade e o *econômico* é paralelo ao político. Paradigma de sábio equilíbrio entre o público e o privado é o rei persa, que, “por julgar que a agricultura e a arte bélica estão entre as mais belas e necessárias, dá muita atenção a ambas”, não só fiscalizando os exércitos, como as plantações, cuidando “que hajam jardins, os chamados paraísos, cheios de tudo o que de belo e bom a terra costuma produzir”. (*Econ.* IV, 4, 13) O próprio Ciro teria dito a Lisandro: “jamais vou jantar antes de suar fazendo um exercício de guerra ou um trabalho agrícola” – ao que obteve como resposta: “penso que és feliz e isso é justo. Porque és um homem bom, és feliz”. (*Econ.* IV, 21-25) Ora, é conhecida a admiração de Xenofonte pelos

<sup>4</sup> Gilda Naécia Maciel de Barros estudou este trecho da perspectiva do estatuto da mulher (BARROS, G.N.M. O *Econômico* de Xenofonte – retrato da esposa ideal, in: *A mulher grega e estudos belênicos*. Londrina: Univ. Estadual de Londrina, 1997. p. 11-21).

persas, que o leva a idealizar o Grande Rei, não deixando de ter a *Ciropeia* a função própria de todas as idealizações: servir de contraponto àquilo que se pretende criticar, neste caso a educação ateniense. Mas sem dúvida muito mais radical enquanto crítico é o Sócrates de Platão. Assim, não seria descabido perguntar se o rei filósofo da *República* não representaria uma sorte de radicalização da figura xenofônica do Grande Rei – não no sentido de que uma derive da outra, mas enquanto ambos, Platão e Xenofonte, a sua maneira, estão explorando as possibilidades abertas pela crítica socrática à Atenas de seu tempo. Seja como for, Xenofonte entende que a formação dos administradores domésticos não é essencialmente diferente daquela apropriada aos que têm funções políticas: “quem é capaz de formar homens com capacidade de comando pode, é claro, formar patrões, quem é capaz de formar patrões pode formar também reis”. (*Econ.* XIII, 5)

É finalmente digno de nota que o essencial do diálogo consista na narrativa feita por Sócrates, a Critobulo, do diálogo que ele próprio tivera com Iscômaco, a qual ocupa mais de dois terços da obra. Há portanto três níveis de enunciação: o primeiro, de um narrador anônimo, que poderia ser identificado com o próprio Xenofonte, o qual se manifesta em *verba dicendi*, além de na abertura do livro: “Eu o ouvi, um dia, conversando sobre a economia, a administração do patrimônio familiar, nestes termos...”; o segundo nível é aquele em que se apresenta o diálogo entre Sócrates e Critobulo (I-VI); finalmente, o terceiro é aquele em que Sócrates narra seu diálogo com Iscômaco (VII-XXI). Essa estrutura com vários encaixes tem uma função importante: declarando-se Sócrates ignorante na administração de bens patrimoniais, por ser tido como “tagarela esquadrinhador dos ares” e ser chamado de “mendigo” (*Econ.* XI, 3), caberá a Iscômaco, próspero agricultor, guiá-lo no aprendizado. Mais que isso: Iscômaco, através de perguntas “socráticas” levará Sócrates a reconhecer que, na verdade, sabe aquilo que julgava não saber, especificamente os preceitos agrícolas. Ainda na linha do que aproxima e diferencia o arroubo do comezinho, não se pode deixar de reconhecer que se trata de uma estratégia semelhante à que encontramos no *Banquete*, quando Sócrates se expressa narrando seu diálogo e aprendizado com Diotima. A águia e a galinha.

Conheci uma senhora que, na literatura, no cinema e mesmo no noticiário, sempre preferia os coadjuvantes, sempre se preocupava com eles e sempre lamentava quando a trama ou a notícia se concentrava apenas nas grandes personalidades. Pode ser que, com sua inteligência antes de tudo prá-

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

tica – e tão grega! – Xenofonte tenha de fato banalizado Sócrates; ou pode ser que Platão é que o tenha sublimado (ao ponto de vislumbrar o rei-filósofo). Seja qual for o veredito, parece que ambos tacitamente dividiram entre si o elenco e o *script*: se por um lado desfilam grandes protagonistas, no outro podemos saciar nossa curiosidade sobre os coadjuvantes. Talvez melhor: sobre nós, os (filósofos?) coadjuvantes de um século que, afinal, reduziu a política à economia.

Jacyntho Lins Brandão  
*Universidade Federal de Minas Gerais*